REPRESSÃO POLÍTICA NA TERRA DAS ARAUCÁRIAS: A OPERAÇÃO MARUMBI EM 1975 NO PARANÁ*

*Leandro Brunelo***

Trazer à superfície o período assinalado pela presença dos militares na condução dos assuntos políticos brasileiros apresenta-se atual e de fundamental relevância para compreender uma parte do passado recente do país, tendo-se em vista que os caminhos para a elucidação dos fatos constituem, ainda, fontes inesgotáveis de debates.

Nesse período histórico as liberdades democráticas, as mais básicas, foram suprimidas. Teoricamente, por outro lado, os presidentes militares diziam governar em nome da democracia, reafirmando a realização de ações e a adoção de comportamentos democráticos. Entretanto, a defesa da democracia, segundo o general-presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, ocorreria mesmo que para isso fosse necessário “prender e arrebeitar” (AQUINO, 2000, p. 272). Literalmente, “prender e arrebeitar” não eram atributos e continuam não sendo qualidades da democracia, porém a manutenção do fictício governo democrático era articulada por um regime de exceção e por mecanismos de repressão que procuravam silenciar a oposição política.

Nesse sentido, as atenções desta pesquisa se voltaram especialmente para a ocasião em que foi montada e colocada em funcionamento uma operação policial-militar conhecida como **Operação Marumbi**, no ano de 1975, no Estado do Paraná.

A Operação Marumbi foi arquitetada pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e pelo Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações Internas (CODI-DOI). Os objetivos dessa operação policial-militar consistiram em perseguir e prender os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que eram acusados de rearticular as bases do partido no Paraná.

* Resumo recebido em 11/11/2007 e aprovado em 15/11/2007.

** Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá, com dissertação defendida em 2006, sob a orientação do Prof. Dr. Angelo Piori.

Entre as hipóteses que instigaram a elaboração desta pesquisa devem ser destacadas aquelas relacionadas aos motivos imediatos e aparentes que justificaram a necessidade do estabelecimento da Operação Marumbi por parte do Estado. Foi possível estabelecer, em princípio, que as suas motivações eram as prisões de membros do PCB, contudo, paralelamente a essa intenção, havia a proposta de envolver o partido da oposição oficial, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como uma agremiação partidária infiltrada por elementos da esquerda clandestina (PCB e outras organizações políticas de caráter marxista-leninista).

A sustentabilidade da hipótese referida ancorou-se numa importante e rica base de análise, que foi um Inquérito Policial-Militar – IPM 745 –instaurado após o término da Operação Marumbi, o qual permitiu identificar as vozes da polícia política e, por outro lado, as vozes e os fragmentos do cotidiano dos comunistas. Juntamente com o IPM de número 745, que se encontra no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), utilizaram-se também reportagens publicadas pelo jornal *Folha de Londrina* de 1983, arquivadas pela Biblioteca Municipal de Londrina, que versaram sobre a realização da manobra policial-militar desencadeada no Estado.

Em nome da Segurança Nacional, o governo militar colocou em ação operações militares em alguns Estados brasileiros, como a Operação Bandeirantes, em São Paulo, a Operação Barriga Verde, em Santa Catarina e, especialmente, a Operação Marumbi, no Paraná. Do trabalho desenvolvido pela polícia política paranaense originou-se um inquérito policial-militar, o de número 745. A partir dele, então, pôde-se constatar com mais visibilidade como se processou a repressão política na terra das araucárias. Coligido pelo projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), quando no trajeto jurídico atingiu a esfera do Superior Tribunal Militar (STM), o IPM 745 foi renomeado de BNM 551.

O projeto BNM proporcionou uma releitura do período que foi assinalado pela presença da repressão política no país. O BNM procurou se servir de documentos produzidos pelas autoridades encarregadas de cuidar da Segurança Nacional para entender a lógica do regime militar. A execução do projeto foi coordenada pelo arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, e pelo reverendo James Wright.

Levando em consideração as fontes desta pesquisa, o cuidado metodológico se pautou pela lógica histórica, tão defendida por Edward; Palmer; Thompson (1981), um método de investigação apropriado para

lidar com as fontes historiográficas e se baseia em referenciais de natureza dialético-materialista, os quais propiciam uma relação caracterizada pelo diálogo entre a lógica histórica e as evidências, em particular as fontes.

Esse diálogo que se realiza possui um valor imensurável, pois é por intermédio dele que as perguntas ou, mais precisamente, as hipóteses elencadas com relação às fontes serão testadas, podendo-se apresentar operacionais ou não. Sendo executáveis, as suposições elaboradas promoverão, em certo sentido, a inteligibilidade das evidências consideradas portadoras de elementos que possibilitam a construção de saberes e significados, mas que não existem em si mesmos, somente a partir da ação de problemáticas e olhares que incidem sobre eles.

O IPM 745 ou BNM 551 indiciou 65 pessoas, mas na realidade sua intenção não foi apenas apurar o suposto envolvimento desses indivíduos. No Paraná, a Operação Marumbi e o inquérito policial-militar que dela se originou marcaram o ano de 1975, um ano depois da realização de eleições parlamentares diretas. O governo militar se encontrava numa situação que pedia a tomada de medidas enérgicas para conter o avanço das críticas, sobretudo internacionais, que estavam preocupadas com o desrespeito aos direitos humanos que acontecia em território brasileiro, principalmente, devido à existência de práticas de torturas constantes do cotidiano dos aparelhos de segurança interna, que diziam lutar contra o *inimigo interno*.

Uma das saídas encontradas pelo Estado autoritário foi resgatar a confiança e a importância dos instrumentos representativos, ou seja, das eleições. Esse era um sinal da abertura política planejada e colocada em prática pelo governo do general-presidente Ernesto Geisel.

Em 1974, embora a crise do petróleo começasse a adquirir uma projeção cada vez mais saliente, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ainda era considerado alto e, de certa forma, viviam-se ainda os resquícios dos tempos áureos do *milagre econômico*. Embora a elite econômica tenha sido a mais contemplada pelo crescimento econômico, que ocorreu com maior ênfase entre 1968-1973, a classe média, de certa forma, também se beneficiou com um aumento relativo do seu poder aquisitivo. Por isso, os estrategistas do governo militar acreditavam que essa decisão de realizar eleições diretas para a escolha dos representantes do Poder Legislativo não iria provocar uma alteração substancial no quadro político do país, ou seja, a Aliança Renovadora Nacional

(ARENA), partido político do governo, manter-se-ia hegemônica no poder.

Não obstante, o resultado expresso pelas urnas mostrou o bom desempenho do MDB. Mesmo em 1974, vivendo-se num período assinalado pela abertura política, a oposição não ficou ileso de investidas repressivas, que se apresentavam mais seletivas e pontuais, afetando os oponentes que pareciam representar um perigo iminente para a continuação do regime autoritário, especialmente o PCB e o MDB.

No Paraná, como se viu, a Operação Marumbi foi deflagrada no ano seguinte ao pleito de 1974 e prendeu vários militantes do PCB. Muitos sofreram torturas, físicas ou psicológicas, e viram colegas de cárcere serem torturados. Em alguns depoimentos judiciais analisados, constatou-se que a polícia política tinha o propósito de envolver o MDB num esquema que o prejudicasse politicamente. Mais do que encarcerar os políticos do PCB, que não representavam uma ameaça iminente, apenas realizaram reuniões clandestinas para discutir questões pertinentes à reestruturação do partido no Estado, o inquérito policial-militar visava incriminar os candidatos emedebistas eleitos em 1974, acusando-os de conluio com os militantes comunistas.

Essa era uma forma de vincular o PCB ao MDB. Com a análise que se fez sobre a massa documental, sobremaneira os interrogatórios policiais e judiciais, os políticos do PCB no Paraná serviram como bodes expiatórios. Organizaram reuniões clandestinas, o que era ilegal dentro do universo político do Estado autoritário, mas as suas ações não passaram disso e nenhuma medida de enfrentamento concreto e direto contra o governo militar foi tomada que pudesse vir a ser desfechada.

Por outro lado, para os organismos compromissados com a manutenção da segurança interna, no Paraná, a prisão desses indivíduos podia significar a única forma de mostrarem que eles estavam na ativa e que a subversão ainda se encontrava presente nos vários âmbitos da sociedade; por isso, deveriam continuar atuando e, principalmente, recebendo as gratificações vindas do governo e de determinados setores empresariais. Portanto, a preocupação com a manutenção de interesses corporativos era muito maior do que, propriamente, aquela com os possíveis riscos que a presença do comunismo no Estado poderia causar.

Nesse sentido, a intolerância política e a potencialização exagerada da capacidade de enfrentamento dos opositores do Estado autoritário constituíram-se em elementos fundamentais que serviram

como justificativa para o planejamento e a execução da Operação Marumbi. Através dos trabalhos realizados pela polícia política, foram presos os militantes do PCB, tentou-se incriminar o MDB como partido que servia como refúgio do comunismo no Paraná, com o objetivo de impedir a retomada da força e da organização dos setores oposicionistas, e ainda, foram mantidas as engrenagens dos órgãos de segurança e informação acionadas e em funcionamento na terra das araucárias.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 271-289.

THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.